

Rafael Vasconcelos Porto

PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL

**Atualizada de Acordo com
EC 103/2019 (Nova Previdência) e a
Lei 13.846/2019 e com Novos Textos**

**2ª Edição
Revista e Ampliada**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9507-7

JURUA
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

Porto, Rafael Vasconcelos.

P853 Previdência do trabalhador rural./ Rafael Vasconcelos
 Porto./ 2ª edição./ Curitiba: Jurua, 2020.
 318p.

1. Trabalhadores rurais. 2. Previdência social. 3. Direito previdenciário. I. Título.

000037

CDD 344.032 (22.ed)
 CDU 349.3

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo I PROLEGÔMENOS	19
1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Situando o Tema	19
1.2 Uma Breve Ressalva Terminológica	26
2 BREVE ESCORÇO HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL	27
3 INFORMATIVO PANORÂMICO DE DIREITO COMPARADO.....	40
3.1 Espanha	49
3.2 França	59
3.3 Itália	65
3.4 Situando o Caso Brasileiro	74
Capítulo II ASPECTOS CONSTITUCIONAIS	77
1 INTROITO	77
2 O PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DEVIDOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS.....	78
3 A APOSENTADORIA PROGRAMADA DIFERENCIADA DEVIDA AO TRABALHADOR RURAL	81
4 O CUSTEIO DIFERENCIADO DO SEGURADO ESPECIAL	88
Capítulo III PARTE GERAL DE BENEFÍCIOS	103
1 INTRODUÇÃO	103
2 O HOMEM DO CAMPO NO BRASIL.....	103

2.1	A Agricultura Familiar	111
2.2	Repercussões do Novo Regime Previdenciário Sobre a Agricultura Familiar.....	120
2.3	Da Evolução Jurídica do Trabalho Campesino	124
2.4	Previdência Rural e Gênero	128
3	DEFINIÇÃO DOS SEGURADOS	133
3.1	Da Definição de “Rurícola”	136
3.2	Empregado Rural.....	143
3.3	Segurado Especial.....	145
3.3.1	Conceito e requisitos gerais.....	145
3.3.2	Espécies.....	162
3.3.2.1	Pequeno produtor agrário ou pecuarista.....	162
3.3.2.2	Pescador artesanal.....	169
3.3.2.3	Extrativista vegetal	173
3.3.2.4	Indígena e quilombola	174
3.3.3	Recolhimentos facultativos	176
3.4	Contribuinte Individual Rural	179
3.4.1	O enquadramento do boia-fria.....	181
3.5	Avulso Rural.....	188
4	MANUTENÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUALIDADE DE SEGURADO	189
5	CARÊNCIA	191
5.1	A Regra de Transição Prevista no Art. 143 da Lei de Benefícios	191
5.1.1	Segurado especial.....	194
5.1.2	Empregado rural.....	194
5.1.3	Esporádico rural	196
5.1.4	Constitucionalidade da regra	196
5.2	A Regra Permanente do Segurado Especial.....	198
6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
6.1	Salário de Benefício.....	204
Capítulo IV BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE.....		207
1	INTRODUÇÃO.....	207

2	A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ART. 143 DA LEI DE BENEFÍCIOS.....	208
3	APOSENTADORIA POR IDADE.....	210
3.1	A Regra de Transição Prevista no Art. 142 da Lei de Benefícios.....	212
3.2	Aposentadoria Dita “Híbrida” ou “Mista”.....	213
3.2.1	Cálculo do valor do benefício	218
4	SALÁRIO-MATERNIDADE.....	218
5	AUXÍLIO-ACIDENTE	220
6	APOSENTADORIA ESPECIAL	222
7	AVERBAÇÃO DE PERÍODO DE ATIVIDADE RURAL PRETÉRITO COMO TEMPO DE SERVIÇO.....	226
Capítulo V ASPECTOS PROCESSUAIS.....		235
1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	235
2	O PROCESSO JUDICIAL	235
2.1	O Juiz e o Ambiente Rural que o Circunda	235
2.2	O Procedimento	239
2.2.1	Fases postulatória e decisória.....	240
2.2.2	Fase instrutória.....	244
2.2.2.1	Prova material	245
2.2.2.1.1	Provas materiais em espécie: trabalhando algumas hipóteses	250
2.2.2.1.2	A nova situação do segurado especial.....	256
2.2.2.1.3	Extensão subjetiva da prova.....	258
2.2.2.2	Depoimento pessoal	262
2.2.2.3	Testemunhas	262
3	DISTINÇÕES DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	263
Capítulo VI CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA RURAL.....		267
1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	267
2	AS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELOS SEGURADOS	269
2.1	Segurado Especial	278

2.2	Empregado Rural.....	280
2.3	Esporádico Rural	281
3	AS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELOS CONTRATANTES	282
3.1	Empregador Rural Pessoa Física	286
3.2	Empregador Rural Pessoa Jurídica	287
3.3	Agroindústria	288
3.4	Cooperativa de Produção Rural	289
3.5	Produtor Rural Pessoa Física que Não é Segurado Especial, nem Empregador – o “Não Segurado Especial”	290
CONCLUSÕES		293
REFERÊNCIAS		301
ÍNDICE REMISSIVO		307